

O papel dos assentamentos rurais da Reforma Agrária brasileira no processo de Desenvolvimento Local. O caso do município de Buritis em Minas Gerais.

Nathália Thaís Cosmo da Silva, José Ambrósio Ferreira Neto, Roseni Aparecida de Moura, Carla Toledo y Micheli Fontes Fialho.

Cita:

Nathália Thaís Cosmo da Silva, José Ambrósio Ferreira Neto, Roseni Aparecida de Moura, Carla Toledo y Micheli Fontes Fialho (2009). *O papel dos assentamentos rurais da Reforma Agrária brasileira no processo de Desenvolvimento Local. O caso do município de Buritis em Minas Gerais. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/381>

O papel dos assentamentos rurais da Reforma Agrária brasileira no processo de Desenvolvimento Local

O caso do município de Buritis em Minas Gerais¹

Nathália Thaís Cosmo da Silva

Graduanda em Gestão de Cooperativas, UFV, Brasil

nathaliacoop@yahoo.com.br

José Ambrósio Ferreira Neto

Professor Departamento de Economia Rural da UFV, CAPES, Brasil, LABORATE

Universidade de Santiago de Compostela, Lugo, Espanha

ambrosioufv@gmail.com

Roseni Aparecida de Moura

Mestrado em Extensão Rural, UFV, Brasil

roseamoura@yahoo.com.br

Carla Toledo

Graduanda em Gestão de Cooperativas, UFV, Brasil *

carla_toledo19@yahoo.com.br

Micheli Fontes Fialho

Graduanda em Gestão de Cooperativas, UFV, Brasil

michelinha_fontes@yahoo.com.br

¹ Este trabalho contou com apoio da FAPEMIG, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

RESUMO

Este artigo aborda o processo de Reforma Agrária no Brasil, analisando o processo de criação de projetos de assentamentos rurais no estado de Minas Gerais. Investiga a relação entre o desenvolvimento socioeconômico local frente ao processo de implementação dos assentamentos rurais. Toma como base pesquisa realizada no município de Buritis/MG que utilizou indicadores socioeconômicos e entrevistas *in loco* para analisar as potencialidades socioeconômicas que esses projetos podem representar nos municípios onde estão inseridos. Nesse sentido, o trabalho partiu da hipótese de que a implantação dos assentamentos rurais acarreta impactos positivos, no âmbito municipal e regional. Esses impactos são decorrentes uma nova organização da estrutura fundiária, de impulsos na economia pela produção agropecuária dos projetos e pelos recursos públicos aplicados, além de transformações nas áreas sociais. Percebeu-se que a criação dos projetos de assentamentos no município Buritis promoveu, pela alteração da estrutura fundiária, o desenvolvimento econômico e social, propiciando um novo arranjo nas relações de poder e de sociabilidade locais.

Palavras chaves: Reforma agrária, assentamentos rurais, desenvolvimento local.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata do tema da reforma agrária sob a ótica dos impactos efetivos que o processo de criação de Assentamentos Rurais acarreta sobre os municípios onde estão localizados. Especificamente se analisa o caso do município de Buritis, na região Noroeste de Minas Gerais, onde existem 8 projetos de reforma agrária que abrigam cerca de 350 famílias de trabalhadores rurais. Este artigo se fundamenta em um estudo de caso realizado para investigar a relação dos assentamentos rurais com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios onde estão localizados.

A estratégia adotada para a pesquisa foi o estudo de caso, que articulou a coleta de dados secundários pela consulta à bibliografia sobre o tema e de fontes estatísticas vinculadas ao governo federal, o governo de Minas Gerais e ao INCRA – Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária, órgão responsável pela criação e gestão dos assentamentos. Realizou-se também uma coleta de dados primários, com pesquisa de campo quando foram realizadas entrevistas junto a informantes-chave no município de Buritis.

Os resultados da pesquisa indicam os impactos dos assentamentos no município foram consideráveis em vários aspectos como na reorganização da estrutura fundiária, e da economia local que passou a ser mais dinâmica, na transformação das relações de sociabilidade e na participação popular.

O município de Buritis é bastante novo, fundado em 1º de março de 1963, e localiza-se a cerca de 180 km da capital federal Brasília. Possui uma área de 5.238,1 km² e densidade populacional de 3,9 hab/km². O processo de criação do município está associado aos planos públicos de modernização da região Noroeste de Minas Gerais iniciados na década de 60. Em decorrência desses planos que promoviam a expansão da agricultura capitalista nas áreas de cerrado, a região passou a ser palco privilegiado dos conflitos fundiários, envolvendo trabalhadores sem-terra, bóias-frias, posseiros e grandes fazendeiros e empresas. É em decorrência desses conflitos que se inicia, a partir do final da década de 1980, o processo de criação dos assentamentos rurais no município.

A POLÍTICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Segundo Bergamasco (1996) assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Medeiros (1999) argumenta que os assentamentos rurais podem ser entendidos como o resultado de processos de reforma agrária que possibilitam o acesso à terras para fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas para trabalhadores sem-terra ou com pouca terra.

Mesmo com objetivo minimizar a desigualdade social e incentivar o desenvolvimento local, muitos assentamentos enfrentam dificuldades relacionadas às condições de infra-estrutura, formas de estabilidade sociabilidade, produção e qualidade de vida dos beneficiários. Criados como uma resposta a ausência de planejamento de localização e dispersos espacialmente, a implementação de assentamentos rurais enfrenta também significativos problemas relacionados à oposição, não somente em debates políticos, mas no plano local com a cultura arraigada de que os “sem terra” são pessoas oportunistas e preguiçosas, que tomam a terra de quem trabalhou para possuí-la. Assim, por meio de formas associativas é que os assentados têm tentado superar tais dificuldades.

Com enfoque nestas temáticas, as políticas públicas são direcionadas em sua maioria para contribuir com o desenvolvimento rural, envolvendo questões de valores, recursos disponíveis, tentando levar em conta o que se considera e o que é desejado socialmente. E de acordo com a expansão do

programa de reforma agrária nos últimos anos no país, foram geradas políticas de reordenamento fundiário, com atividades relacionadas à implementação de planos de ação compreendendo a produção, comercialização, infra-estrutura e organização dos assentamentos.

Contudo, pode-se afirmar que diante das temáticas apresentadas que “o PA (Projeto de Assentamento) demarca o fim de um ciclo e início de um novo. É um processo de transformação, através do qual, famílias de trabalhadores rurais têm a oportunidade de desenvolver seus projetos de vida. É uma guinada nos destinos dessas famílias e o primeiro degrau de uma longa escada” (ITESP, 1999, p.8). Visto que, os PA’s propiciam para a sociedade retornos significativos ultrapassando as expectativas geradas antes de sua criação.

IMPACTOS REGIONAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Com o aumento significativo de projetos de assentamento em todos os estados brasileiros, ampliaram-se também as discussões acerca desta temática, principalmente em abordagens que privilegiam a análise dos potenciais e dos limitantes que tais empreendimentos experimentam no âmbito de sua organização interna.

Se por um lado, parte-se da premissa que assentamentos rurais interferem na dinâmica socioeconômica dos municípios onde estão inseridos, por outro lado, a intervenção do poder local é fator primordial nas possibilidades de consolidação destes projetos. Nesta perspectiva, Barone (2005, p.209) ressalta “... tão logo instalados, os PAs se tornam parte ativa (reivindicando sempre, participativa às vezes) do município. Isso leva a uma ação (mesmo reação) de fazer frente a novas demandas”. Assim, a interferência do processo de criação dos projetos de assentamentos no âmbito regional deve ser analisada em via de mão dupla. Tanto em virtude daquilo que os assentamentos representam e influenciam no município quanto em virtude do que o próprio município, na figura do poder público, causa de influência na configuração do próprio assentamento.

A maioria dos estudos relacionados às mudanças ocasionadas pelos empreendimentos sociais se apóia na hipótese de que esses impactos podem ser observados na dimensão demográfica, fundiária, produtiva e de maior acessibilidade às políticas de crédito rural.

Neste sentido, em se tratando da dimensão fundiária, Leite et al (2004) apontam mudanças relativamente significativas ocasionadas pelo processo de implementação de assentamentos nos municípios:

A princípio poderíamos supor ao desapropriar ou arrecadar um imóvel situado num estrato de área superior e transformá-lo num conjunto de unidades familiares, o programa de assentamentos contribui diretamente para a atenuação do grau de concentração fundiária prevalecente. O impacto imediato dessas medidas é mais evidente em regiões, ou sub-regiões, que concentram diversos projetos de assentamentos. (LEITE et all 2004, p.133)

Outro fator importante, com ampla consideração na análise destes estudiosos refere-se a uma maior evidência na acessibilidade à política de créditos rurais. Segundo Leite et all. (2004):

Se considerarmos que, além dos créditos de instalação e dos produtivos propriamente ditos, existe também um conjunto de recursos voltados para infra-estrutura geral (verbas para construção de estradas, escolas, postos de saúdes etc), podemos perceber que o conjunto de créditos voltados para a população assentada acaba por ocasionar um significativo afluxo de recursos monetários para os municípios onde os assentados estão localizados, que derivam para a economia local, trazendo um impacto significativo nos municípios menos urbanizados, que é tanto maior quanto maior a densidade de famílias assentadas. (LEITE et all, 2004, p.226)

Quando os recursos das políticas públicas voltadas para assentamentos rurais são disponibilizados, há um fluxo maior de renda no mercado, neste caso, no comércio das cidades onde os assentamentos estão instalados, que conseqüentemente dinamiza a economia, além de contribuir para a arrecadação de impostos municipais, o que em certa medida levaria a uma mudança na infra-estrutura local. Deve-se considerar que a criação dos assentamentos acaba pressionando poder local para ampliação de serviços básicos como: saúde, transporte e educação, o que gera uma pressão sobre o Estado ou o poder local no sentido de suprir essas demanda, sendo estes benefícios estendidos a população como um todo.

Contudo é importante interpretar a interação entre os assentamentos rurais e o ambiente local como uma unidade complexa de análise, que envolve bem mais que a simples instalação de famílias na zona rural dos municípios, mas uma interação, que a todo tempo se “retroalimenta” entre comércio local, poder público local, comunidades rurais e urbanas e esses projetos.

OS ASSENTAMENTOS RURAIS NA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA EM BURITIS-MG

Percebe-se pelas entrevistas com os informantes em Buritis que a população urbana considera haver uma relação positiva entre o desenvolvimento econômico do município e a instalação dos assentamentos. Essa relação se verifica, segundo os entrevistados, pelo aumento das movimentações no comércio local em virtude das compras realizadas pelos assentados e pela movimentação financeira por causa dos créditos da Reforma Agrária, além dos impactos gerados pela produção agrícola dos assentamentos. Outro ponto ressaltado se refere à maior circulação na área urbana de pessoas vindas outros municípios e que fazem trabalhos nos projetos, como técnicos do INCRA e de universidades, o que dinamiza o setor de alimentação e hospedagem.

Com relação à dinamização do comércio local, a percepção da comunidade é que os assentamentos são importantes para a economia do município. Para o presidente local da FETRAF- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, a maioria dos investimentos para o desenvolvimento social no município está dentro dos assentamentos, além disso, o excedente da produção agrícola é destinado ao comércio local, complementando:

“Os assentados representam a primeira fonte de renda do município”. (Presidente da ETRAF, 48 anos, Buritis, 2008)

Nessa mesma perspectiva um comerciante, proprietário de casa de material agropecuário, afirma haver muita movimentação de assentados no seu estabelecimento e conhece quase todos os assentamentos porque faz muitas entregas neles, o que reforça o papel dos assentados como compradores no comércio local. Esse comerciante, acredita ainda que o benefício dos assentamentos não é apenas para o seu estabelecimento, mas para o comércio em geral da cidade de Buritis. Ele estima que a movimentação dos assentados no seu estabelecimento representa mais de 30% de seus lucros e que a linha de crédito “Fomento” possibilita que eles sejam bons clientes. Aponta um aspecto importante da atuação dos assentamentos à medida que resalta que os grandes produtores rurais da cidade e região fazem suas compras em cidades maiores e que apenas os pequenos produtores e os assentados é que se utilizam do comércio local. Do mesmo modo, o gerente de um supermercado, argumenta que já teve oportunidade de visitar alguns assentamentos e que eles representam uns 10% do lucro total do seu estabelecimento. Afirma também que o papel dos assentados para o seu negócio não se limita às compras, mas também ao fornecimento de

produtos como frangos caipiras, de queijo mussarela e de verduras e mandioca, os quais ele considera de boa qualidade e de boa aceitação pelos consumidores locais.

A responsável técnica pela Cozinha Comunitária do município relata que apesar do baixo poder aquisitivo das famílias nos assentamentos, são os assentados que promovem a circulação de dinheiro em Buritis. Para ela a baixa capacidade produtiva nos assentamentos se deve ao fato de que algumas famílias ainda não conseguem ampliar suas áreas de cultivo principalmente por falta de orientação técnica e de recursos para investimento.

Outro comerciante, proprietário de uma loja de calçados, de uma distribuidora de gás e presidente da Associação Comercial e da CDL, afirma possuir trabalhadores assentados como seus clientes e garante que a condição financeira dessas pessoas melhorou muito depois que entraram nos assentamentos. O comerciante se refere às pessoas que viviam no município e “tentaram a sorte grande nos assentamentos”, devido às dificuldades que a vida na cidade lhes impunha.

“Eu tenho cliente que era inadimplente e que depois que foi para o assentamento virou cliente bom”. (Comerciante, 53 anos, Buritis, 2008).

O secretário municipal de agricultura de Buritis afirma que o município se beneficiou muito com a vinda dos assentamentos, apesar de ter havido uma maior demanda vagas nas escolas e por abertura e manutenção das estradas. Acredita também que houve um aumento nas receitas municipais como consequência da liberação dos créditos do PRONAF, acrescentando que: “teve uma época que foi muito bom pro comércio”. Nesse sentido, afirma houve um aumento na circulação de recursos no comércio do município em decorrência da implantação desses projetos.

“A gente tem que reconhecer que os municípios do Noroeste são os que mais aglomeram assentados, acabou que, de certa, forma nós tivemos mais acesso aos recursos do Governo Federal, o que pesa muito para o desenvolvimento da região.” (Secretário Municipal de Agricultura, 36 anos, Buritis, 2008.)

Apesar de reconhecer a importância para a economia do município, o técnico da EMATER afirma que os créditos do PRONAF A, que são acessados pelos assentados, são insuficientes para que eles possam fazer investimentos necessários para tornar os lotes produtivos e rentáveis.. “Tem uns 20 % que conseguem progredir com o crédito que receberam, o recurso é pouco”. Afirma também que falta uma melhor organização do processo de comercialização dos produtos e que há pouco incentivo à produção e formação de parcerias que beneficiem os assentamentos.

Um trabalhador assentado e cooperado da COOPANOR (Cooperativa de Produção e Comercialização dos Assentados do Noroeste Mineiro), afirma que “o desenvolvimento da região

vem através dos assentados”. Argumentando que o número de assentados é muito grande o que eleva o volume de créditos recebidos e seu impacto na economia local e regional. Acredita que a cooperativa seja uma forma melhorar o processo de comercialização dos produtos de assentamento, uma vez que os assentados se mostram desestimulados e pouco organizados. A cooperativa se dedica a organização da produção de leite e tem parceira com a Cooperativa dos Produtores Rurais de Unaí - CAPUL e com a Itambé. Ele acredita que o fato de os assentados exporem seus produtos na feira local, realizada no Galpão do Produtor mantido pela prefeitura, é reflexo da boa relação que existe entre os assentados e as pessoas que vivem na cidade.

A maioria dos entrevistados no município também percebe os impactos positivos da produção agrícola dos assentamentos na oferta de alimentos no município, ressaltando que a produção dos assentados vai além de garantir apenas a subsistência das famílias pelo auto-consumo. Outros percebem esse impacto da produção agrícola dos assentados na merenda escolar em decorrência das ações da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento de compra da produção. Nessa mesma perspectiva o secretário de Agricultura enfatiza: “nós temos alguns lotes que se destacam na produção leiteira e de hortaliças”. Diz também, que a maioria dos assentamentos já tem o tanque de expansão e estão adequados à Instrução Normativa 51 do Ministério da Agricultura sobre o transporte de leite cru.

É interessante observar que, na história da implementação dos assentamentos do município, houve uma divisão entre FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que fazem a mediação da luta pela terra na região. Estas instituições acabaram assumindo papéis distintos nos assentamentos, “o MST tem uma cooperativa aqui hoje”, e a FETRAF “faz mais o papel de extensão rural”, conforme diz o técnico da EMATER. Esse técnico também pondera que:

“a maioria das terras dos assentamentos são de baixa aptidão agrícola para atividades no nível de manejo da agricultura familiar, terras nas quais os assentados se viram sem assistência e com o investimento perdido.” (Técnico da EMATER, 38 anos, Buritis, 2008).

No que se refere aos impactos da criação dos assentamentos no município, o técnico da EMATER acredita que existem aspectos positivos e negativos, sendo que os positivos se referem à modificação na organização rural em decorrência da entrada de várias famílias em área que antes eram improdutivas e abandonadas. Com a vinda dessas famílias veio também a instalação de rede de energia elétrica, de água canalizada e fomento da produção, apesar de ainda não beneficiar a todos. No que tange aos aspectos negativos, o técnico argumentou que muitas famílias que se instalam nos assentamentos não têm aptidão para o meio rural, por causa disso acredita que o

INCRA não faz uma triagem bem feita das pessoas que serão beneficiárias da reforma agrária. Essa falta de aptidão, sob o seu entendimento, acaba gerando conflitos entre os assentados. Acrescenta que inicialmente os assentados eram mal vistos pelos agricultores locais, eram chamados pejorativamente de “os sem-terra”, mas acredita que hoje em dia essa visão mudou muito e que os assentados já estão integrados à vida do município. Essa perspectiva também está presente na análise que o secretário de agricultura faz da participação dos assentados no dia-a-dia do município. No que concerne a sociabilidade, é importante destacar que, de acordo, com os informantes, os assentados são considerados participativos.

“eles (os assentados) acabaram conquistando a comunidades e acabando com o tabu que eles tinham de ser sem-terra, no início veio gente de todo lado, o município não estava preparado na questão da saúde, educação, sala de aula lotada, filas nos hospitais. Hoje já está tudo normal.” (Secretário Municipal de Agricultura, 36 anos, Arinos, 2008.)

Para um comerciante, proprietário da Casa do Fazendeiro, os assentamentos são, para algumas famílias, a última chance de integração social e econômica. O comerciante observa que alguns municípios não estão preparados para receberem tanta gente, e que os setores de educação e de saúde não têm estrutura para suportar o aumento de demanda que ocorre. Estima que nos últimos 15 anos cerca de duas mil pessoas vieram de outras regiões para os assentamentos rurais em Buritis. Comenta ainda que Buritis obteve grandes melhoras econômicas devido à criação dos assentamentos, sendo atualmente o principal elemento de visibilidade do município frente ao governo federal e estadual. “Querendo ou não, ele (o governo) começou a olhar principalmente para nosso lado social”.

Sob a perspectiva da educação, a vice-diretora da escola municipal de ensino fundamental argumenta que os alunos de assentamentos apresentam um comportamento mais agressivo e contestador, relacionando este comportamento às experiências vividas junto com os pais nas marchas e ocupações. Por outro lado, argumenta também que no que se refere ao desempenho acadêmico não há diferenças entre os estudantes dos assentamentos e os residentes na cidade.

CONCLUSÕES

Ainda que, na opinião dos informantes, existam críticas com relação à forma como os projetos vêm sendo implantados, denotando certa falta de planejamento e organização por parte do poder público, em especial o INCRA, os assentamentos rurais são percebidos pela população urbana de Buritis como extremamente relevantes para o desenvolvimento do município e da região Noroeste como um todo. Essa importância se explicita no aumento da oferta de produtos como milho, arroz, verduras, frutas, farinha de mandioca, frangos, carne de boi e carne de porco, produzidos no município quase que exclusivamente pelos assentamentos. Tal perspectiva é importante não apenas pelo seu aspecto prático que é a oferta de produtos no mercado local, mas também por evidenciar a percepção de que as famílias nos assentamentos rurais conseguiram ultrapassar a condição de produção de valores de uso, destinados exclusivamente ao auto-consumo, para se constituírem, de modo efetivo, em produtores de valores de troca, isto é, produtores de excedentes comercializáveis.

Por outro lado, os entrevistados afirmaram também a importância dos assentamentos como instrumentos geradores de demanda no comércio local. Dessa forma, percebe-se a importância da reforma agrária e dos assentamentos rurais na formação não apenas de novos produtores agrícolas, mas também de novos consumidores. A condição de assentado da reforma agrária possibilita ao trabalhador superar a condição de mero vendedor de força de trabalho, assumindo o papel de produtor e de vendedor de produtos, alimentos basicamente e, como complemento, de consumidor de insumos e de uma ampla diversidade de produtos em virtude de seu acesso a um maior volume de renda monetária.

Enfim, a pesquisa revelou que os assentamentos rurais cumprem um papel fundamental na dinamização da economia local. Apesar da falta de infra-estrutura nos projetos, que é ressaltada por diversos entrevistados, principalmente aqueles vinculados ao poder público municipal e à EMATER. As deficiências de infra-estrutura, principalmente estradas, água e energia, são apontadas como entraves para a melhoria nas condições de produção agropecuária nos assentamentos, e conseqüentemente, a ampliação da participação dos projetos no desenvolvimento econômico dos municípios. Além dos problemas de infra-estrutura, os entrevistados apontam também a falta de assistência técnica nos projetos como fator que impede uma maior produção agropecuária e geração de renda e, conseqüentemente, maior impacto positivo na economia do município.

Referencial bibliográfico

- o BARONE, A. L. Os Assentamentos rurais e o desenvolvimento político local: o contexto regional do pontal do Paranapanema IN BOTTA FERRANTE, L. V., JUNIOR, A. O. Assentamentos rurais: Impasses e Dilemas (Uma trajetória de 20 anos) INCRA /UNIARA: 2005
- o BERGAMASCO, S. M; NORDER, L. A. C. O que são Assentamentos Rurais. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 1996, 86p.
- o FERREIRA NETO, J. A. Indivíduos e ação coletiva: a mediação da FETAEMG na luta pela terra em Minas Gerais. Rio de Janeiro. UFRJ, 1999. 412 P. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1999.
- o FERREIRA NETO, J. A., Os Impactos Regionais da Reforma Agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas – Entorno do Distrito Federal (MG e GO), Brasília: MDA/NEAD, Relatório de Pesquisa, 2001.
- o IBGE. Disponível: <www.ibge.gov.br>, acesso em 05 de maio de 2008.
- o INCRA. Disponível: <www.incra.gov.br>, acesso em 29 de abril de 2008.
- o ITESP. Construindo o Futuro: Políticas de Investimento em Assentamentos Rurais, seus Custos e Resultados. São Paulo: ITESP, 1998.
- o FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível: www.fjp.gov.br, acesso em 15 de agosto de 2008.
- o LEITE, S; et al. Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. 1ª Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2004, 392 p.
- o LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. S. Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESCO, 2004.
- o LEITE, S. Dinâmica Econômica, Assentamentos rurais e Desenvolvimento Regional: evidências a partir de seis estados brasileiros IN BOTTA FERRANTE, L.V., JUNIOR, A. O. Assentamentos rurais: Impasses e Dilemas (Uma trajetória de 20 anos) INCRA /UNIARA: 2005
- o MEDEIROS, L. S, LEITE, S. A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas. 1º Edição. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Ed Universidade / UFRGS/ CPDA, 1999, 279p.